CAMPANHA CARTA COMPROMISSO COM A MOBILIDADE POR BICICLETA 2014

Respostas do candidato Eduardo Jorge (PV)

1) Quais os motivos que dificultam o desenvolvimento e incremento do uso da bicicleta no Brasil?
A bicicleta não é ainda entendida pelas políticas públicas como um veículo essencial e limpo que promove boa mobilidade e incentiva a cultura de paz no trânsito ao conviver com outros veículos. É preciso dar a ela o status que merece no trânsito de nossas cidades, investindo em estrutura, educação para o trânsito e incentivos.

2) Qual será a importância concedida pela sua gestão para a mobilidade por bicicleta?
Como ciclista, vejo a bicicleta como um meio de transporte revolucionário e limpo. E por esta razão ela tem destaque em meu programa de governo, num item chamado Programa Nacional mais forte de prevenção à violência no trânsito/apoio ao uso da bicicleta como amiga da cidade. Há muitas ações previstas, mas creio que elas se sintetizam o primeiro ponto deste item: Conceder de fato prioridade, nas políticas públicas relativas à mobilidade urbana, aos modos não-motorizados, ao transporte coletivo e à integração entre eles, desta forma favorecendo a humanização do espaço público e a democratização do acesso à cidade.

3) Quais medidas o seu governo implementará para reverter o privilégio político e econômico concedido ao transporte motorizado individual que predomina, historicamente, na união, estados e municípios?
São várias, mas dentre elas destaco: Criar rubrica específica no Orçamento Geral da União, por meio do Plano Plurianual, para custeio e investimentos em mobilidade ciclística, bem como linhas de financiamento aos municípios brasileiros para infraestrutura cicloviária, em montante crescente a cada ano. Criar programa visando a desoneração tributária da cadeia produtiva da bicicleta, suas partes e peças, bem como desenvolver uma política industrial para o setor em todo o território nacional. Estabelecer metas claras de aumento da participação da bicicleta na mobilidade urbana e rural, envolvendo todos os setores da administração pública federal, bem como aplicar a bicicleta nas políticas públicas sociais tais como de trabalho, geração de renda, erradicação da pobreza, defesa civil, educação, saúde e moradia. Inserir infraestrutura cicloviária nas vias laterais construídas junto às rodovias federais nas revisões e nos futuros contratos com concessionárias.

4) Comentário espontâneo
A bicicleta é um veículo incrível. Limpo, rápido, perfeito para a mobilidade em nossas cidades hoje. Devemos incentivá-la e protegê-la.

Respostas da candidata Luciana Genro (PSOL)

1) Quais os motivos que dificultam o desenvolvimento e incremento do uso da bicicleta no Brasil?
O baixo incentivo à utilização da bicicleta enquanto meio de transporte, devido à falta de infraestrutura para que os ciclistas tenham segurança ao utilizá-la e ao custo elevado das bicicletas, enquanto que os automóveis recebem redução de impostos, como o IPI.

2) Qual será a importância concedida pela sua gestão para a mobilidade por bicicleta?
A bicicleta é uma importante ferramenta para melhorar a mobilidade urbana. Nesse sentido defendemos a integração prioritária e obrigatória da bicicleta aos planos de mobilidade com estímulo ao uso de modais não motorizados como parte da mudança do padrão de deslocamentos urbanos.

3) Quais medidas o seu governo implementará para reverter o privilégio político e econômico concedido ao transporte motorizado individual que predomina, historicamente, na união, estados e municípios?
É necessário incentivar a busca por alternativas de transportes menos impactantes na rede viária, desestimular o uso excessivo do automóvel e ainda reorganizar a utilização do espaço urbano de forma a garantir que deslocamentos sejam realizados da forma mais racional possível. Para tanto, incorporaremos propostas dos movimentos ciclísticos para o desenvolvimento de um programa nacional de mobilidade ciclística que envolva, como sugerido pela União de Ciclistas do Brasil:
– Criar um sistema de pesquisa, monitoramento e avaliação das políticas públicas, da infraestrutura cicloviária e da participação da bicicleta nos deslocamentos, assim como incluir a bicicleta no censo e nas pesquisas domiciliares do IBGE, de modo a subsidiar a elaboração de planejamento para o setor;
– Criar rubrica específica no Orçamento Geral da União, por meio do Plano Plurianual, para custeio e investimentos em mobilidade ciclística, bem como linhas de financiamento aos municípios brasileiros para infraestrutura cicloviária, em montante crescente a cada ano;
– Estabelecer metas claras de aumento da participação da bicicleta na mobilidade urbana e rural, envolvendo todos os setores da administração pública federal, bem como aplicar a bicicleta nas políticas públicas sociais tais como de trabalho, geração de renda, erradicação da pobreza, defesa civil, educação, saúde e moradia;
– Instalar bicicletários adequados em todos os prédios públicos federais, de todas as cidades brasileiras, quando houver espaço disponível, suprimindo, se necessário, vagas de estacionamento de automóveis.
Além disso, iremos estabelecer o transporte público como direito social, estabelecendo um Código Nacional de Desempenho dos Transportes Coletivos Urbanos e Metropolitanos e destinando ao menos 2,1% do PIB para mobilidade urbana, além de transferir o modal do transporte de cargas de rodoviário para aquaviário e ferroviário.

4) Comentário espontâneo
Sem comentários.